

AGRICULTORES FAMILIARES E AS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO: O CASO DOS VITICULTORES DE FLORES DA CUNHA – RS - BRASIL

FAMILY FARMERS AND THE CHARACTERISTICS OF THE DECISION-MAKING PROCESS: THE CASE OF WINEMAKERS LIVING IN FLORES DA CUNHA – RS - BRAZIL

Alexandre Troian

Universidade Federal de Santa Maria – RS – Brasil

Dionéia Dalcin

Universidade Federal Fronteira Sul – SC – Brasil

Sibele Vasconcelos de Oliveira

Universidade Federal de Santa Maria – RS – Brasil

Alessandra Troian

Universidade de Santa Cruz – RS – Brasil

Resumo: Diante do constante crescimento do mercado vitícola brasileiro, produtores gaúchos vêm se organizando para atender às demandas relativas ao volume e à qualidade do produto final comercializado. Sobretudo, esses agentes econômicos encaram desafios inerentes aos agronegócios, como a dificuldade de acesso às informações e às ações oportunistas dos parceiros transacionais. Logo, o estudo visa conhecer o processo de tomada de decisão dos agricultores familiares produtores de uva da Região Serra do Rio Grande do Sul em função do cenário socioeconômico da cadeia produtiva e da eficiência das unidades de produção. Para tanto, foram coletadas informações em trabalhos existentes sobre a cadeia produtiva e realizadas entrevistas com onze produtores do município de Flores da Cunha. Destaca-se que o processo de tomada de decisão desses agentes econômicos é realizado no coletivo do contexto familiar, mais voltado às problemáticas cotidianas. Contudo, prevalecem as peculiaridades da racionalidade limitada dos agentes econômicos. Destarte, orientadas sempre para o alcance de maior eficiência da atividade produtiva e do bem-estar social da família, as decisões refletem o amplo conjunto de aspectos objetivos e subjetivos que circundam os agricultores, em consonância com os desempenhos técnico e econômico e entre os sistemas de produção que compõem a propriedade rural.

Palavras-chave: Viticultura, Agricultura Familiar, Tomada de decisão.

Abstract: In the face of the constant development of Brazilian wine market, Gauchos producers have been organizing to provide the demands on the volume and quality of final product commercialized. Especially, these economic agents confront challenges inherent in agribusiness, such as the difficulty of access to information and opportunistic behavior from transactional partners. Therefore, the study aims to understand the decision-making process of the family farmers that produce grapes in the mountainous region of Rio Grande do Sul State, Brazil, as a function of socioeconomic scenario of the production chain and the efficiency of production units. To this end, information was collected on existing studies about the production chain and interviews were conducted with eleven producers living in Flores da Cunha city. It is emphasized that the process of decision making of economic agents is conducted in the collective of the family, more focused on everyday issues. However, prevailing the peculiarities of limited rationality of economic agents. Therefore, always oriented to the achievement of greater efficiency of the productive activity and social welfare of the family, the decisions reflect the broad range of

objective and subjective aspects surrounding farmers, in accordance with the technical and economic performances and between production systems that compose the rural property.

Keywords: Viticulture, Agriculture Family, Decision making.

INTRODUÇÃO

Considerada como uma das atividades produtivas do setor primário que tem experimentado forte dinâmica no tocante à integração de novas regiões produtoras, à reconversão de vinhedos, à redefinição de foco da produção, entre outras mudanças, a viticultura demonstra potencial para fornecer sustentabilidade econômica e social às propriedades de agricultura familiar (MELLO, GARAGORRY e FILHO, 2007).

Contemporaneamente, ocupa área de, aproximadamente, 84.000 hectares, com vinhedos estabelecidos em diversas regiões do Brasil. A produção de uvas é da ordem de 1,3 milhão de toneladas/ano. Desse volume, aproximadamente 43% é destinado ao processamento, para a elaboração de vinhos, sucos e outros derivados, e 57% comercializado como uvas de mesa (IBRAVIN, 2012; MELLO, 2012). No Rio Grande do Sul, a atividade desenvolve-se embasada na inserção de novas tecnologias, recursos humanos especializados e novos empreendimentos (SOUZA, 2005). Em 2011, o estado gaúcho colheu 707,2 milhões de quilos da fruta e, atualmente representa 68% da produção de uva e 90% da produção de vinhos brasileiros (IBRAVIN, 2012).

Sobretudo, o surgimento de novas demandas de mercado e a percepção de oportunidades de geração de emprego e renda, via agregação de valor do produto, têm fomentado um ambiente de complexidade para o setor. Nesse sentido, organizações setoriais visam à estruturação e à estabilidade por meio de decisões viabilizadoras de benefícios e minimização das incertezas e variações abruptas. Em decorrência dos desafios gerados, principalmente pela economia globalizada, percebem-se mudanças no *modus operandi* da agricultura familiar produtora de uvas. Diante desse contexto, o presente estudo objetiva descrever a viticultura no município de Flores da Cunha - RS, buscando conhecer a tomada de decisão dos agricultores em função do cenário socioeconômico da cadeia produtiva e da eficiência das unidades de produção.

A CADEIA PRODUTIVA DA VITICULTURA NA REGIÃO SERRA DO RIO GRANDE DO SUL

Algumas considerações teóricas sobre a análise de cadeias produtivas

Originário da escola de Economia Industrial Francesa, o conceito de *filière* (ou cadeia produtiva) vem sendo empregado nas análises relacionadas ao

agronegócio. Com o intuito de compreender as relações sistêmicas estabelecidas entre distintos agentes econômicos, Farina e Zylbersztajn (1992) conceitualizam uma cadeia produtiva a partir da sucessão de estágios de transformação pelos quais passa determinada matéria-prima, constituindo-se num espaço unificado de geração e apropriação do lucro e da acumulação.

Assim, a definição de uma cadeia de produção é realizada por meio da identificação de um produto final específico e, posteriormente, encadeiam-se de jusante a montante as diversas operações técnicas, comerciais e logísticas, necessárias a sua produção (BATALHA, 2007).

Nessa mesma perspectiva, Zylbersztajn (1995) define as cadeias produtivas como operações organizadas de forma vertical e percorridas pelo produto desde sua produção até sua distribuição, e podem ser coordenadas via mercado e/ ou através da intervenção dos agentes econômicos que compõem a cadeia.

Logo, segundo Farina e Zylbersztajn (1991), a cadeia produtiva é definida como um recorte dentro do complexo industrial mais amplo, privilegiando as relações entre agropecuária, indústria de transformação e distribuição ao redor de um produto principal. Michelin (1999) revela que cadeias produtivas são conjuntos de componentes interativos, tais como sistemas produtivos agropecuários e agroflorestais, fornecedores de serviços de insumos, indústrias de processamento e transformação, distribuição e comercialização, além de consumidores finais do produto e de subprodutos da cadeia. De acordo com Prochnik e Haguenuer (2001), cadeia produtiva é um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos. A Figura 01 procura trazer a concepção de cadeia produtiva agroindustrial, composta por seus componentes interativos.



Fig. 01. Cadeia produtiva agroindustrial

Fonte: Zylbersztajn (2000, p.14)

Sinteticamente, o enfoque tradicional de cadeias considera três subsistemas, a saber: o sistema de produção, de transferência e de consumo (ZYLBERSZTAJN, 2000). O sistema de produção envolve a pesquisa da indústria de insumos e a produção agropastoril; o sistema de transferência enfoca a transformação industrial, a estocagem e o transporte; o terceiro sistema, o de consumo, disponibiliza o estudo das forças de mercado.

Análise dos agentes econômicos e suas relações transacionais

A cadeia produtiva da uva e do vinho na Serra Gaúcha está composta por todos os elos que contribuem diretamente para a obtenção dos produtos finais, desde os fornecedores de insumos até a venda da fruta e do vinho ao consumidor final. Por meio da Figura 02 é possível visualizar a estrutura central das referidas cadeias produtivas, compostas por oito elos sequencialmente interligados.

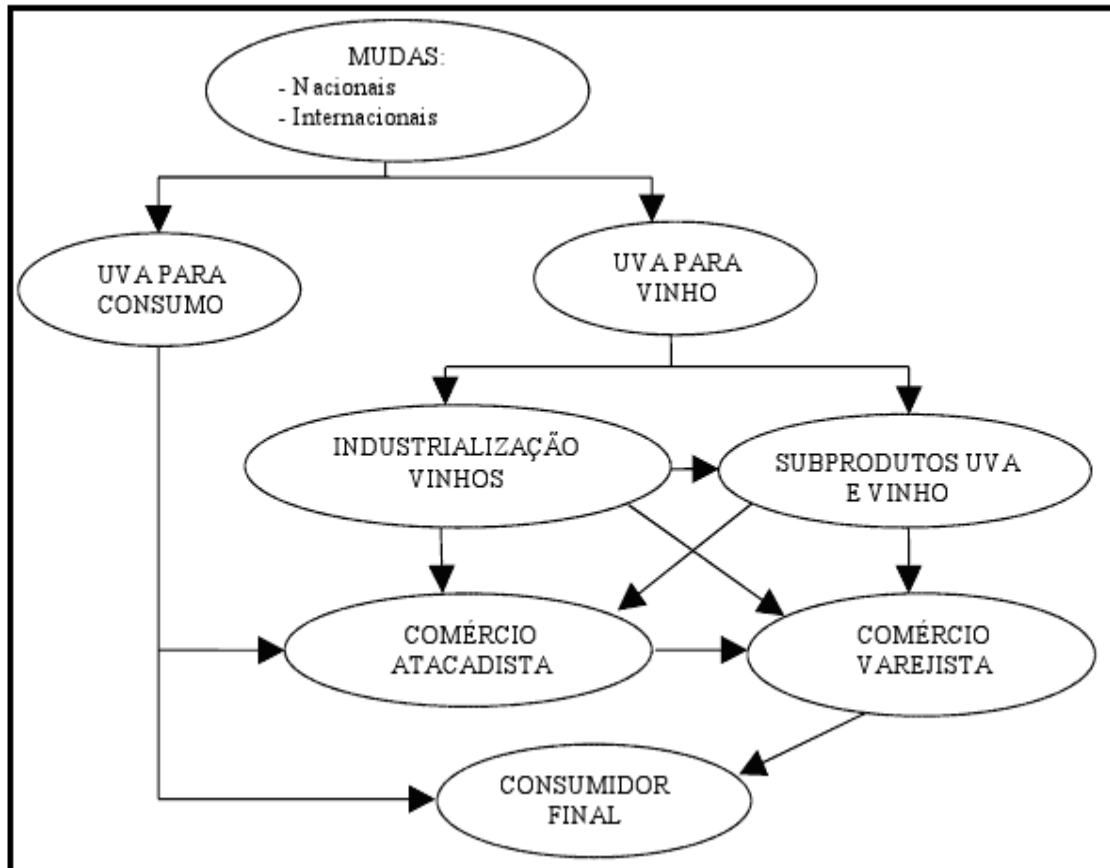


Fig. 02. A cadeia produtiva da uva e do vinho

Fonte: Adaptado de Triches, Siman e Caldart (2004)

Em suma, percebe-se que os elos básicos das cadeias produtivas da uva e do vinho são caracterizados pelos viveiros e pelos importadores de mudas de videira; pelos produtores de uvas para consumo *in natura* ou para produção de vinhos e derivados; pelas vinícolas que industrializam a uva para produção de vinho e derivados da uva e do vinho; pelos canais de comercialização e distribuição; pelo comércio atacadista e pelo consumidor final (TRICHES; SIMAN e CALDART, 2004).

Análise dos ambientes institucional e organizacional

As abordagens dos níveis analíticos, a saber, o Ambiente Institucional e o Ambiente Organizacional, apresentam-se cruciais para o entendimento da consolidação da cadeia produtiva da uva na região Serrana do Rio Grande do Sul. Genericamente, o Ambiente Institucional abrange o conjunto de leis, normas e regulamentos que estão direta e indiretamente vinculados aos agentes da cadeia, além das características de hábito, cultura e tradição da sociedade que condicionam a forma de agir de uma cadeia produtiva. Já o Ambiente Organizacional compreende as organizações que desempenham influência sobre os membros da cadeia, como, por exemplo, as instituições de crédito e financiamento, empresas de assistência técnica e universidades (FARINA e ZYLBERSZTAJN, 1991).

A constituição da cadeia produtiva da uva no Rio Grande do Sul resulta do processo socioeconômico histórico. As primeiras colheitas das videiras no estado gaúcho datam de 1626, quando o jesuíta Roque Gonzáles implantou viníferas espanholas na povoação de São Nicolau, localizado na Região das Missões (SOUSA, 1996; POMMER, 2003). Contudo, o grande marco da viticultura rio-grandense do ponto de vista da expressão social e econômica, se deve, inegavelmente, à colonização italiana a partir de 1875 na Região da Serra. Além de condições edafoclimáticas favoráveis ao cultivo da fruta, a cultura e a tradição dos imigrantes europeus, traduzidas pelo saber-fazer produtivo, técnicas e tecnologias adotadas na produção, foram determinantes para o sucesso da cadeia (TROIAN, 2011).

Pode-se citar, dentre as instituições que condicionam, direta e indiretamente, os resultados da cadeia produtiva os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário; do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior. Além disso, instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o Instituto Brasileiro de Vinho (IBRAVIN), a Federação das Cooperativas Vinícolas do Estado do Rio Grande do Sul (FECOVINHO), universidades, associações e cooperativas de produtores, instituições de crédito e de ciência e tecnologia influenciam o segmento produtivo e de comercialização da uva (TROIAN, 2011).

Caracterização dos agricultores envolvidos no processo

No Brasil, a agricultura familiar possui a menor quantidade de terra, recebe menor volume de crédito e, apesar disso, contribui com importante volume de produção, especialmente na Região Sul (FAO/INCRA, 1996; IBGE, 2012). A flexibilidade na adaptação a diferentes processos de produção e a variedade de fontes de renda tornou a agricultura familiar elemento fundamental da modernização agrícola em especial em algumas cadeias agroindustriais como, por exemplo, a do vinho na Serra Gaúcha. A discussão sobre a importância e o papel

da agricultura familiar vem ganhando força impulsionada através de debates embasados no desenvolvimento sustentável, na geração de emprego e renda e, também, na segurança alimentar.

A viticultura da Serra Gaúcha está ligada ao imigrante italiano, esse por sua vez diretamente ligado à agricultura familiar (FEE, 2009). Esses agricultores estabeleceram-se inicialmente em “colônias,” dedicaram-se principalmente à agricultura, que se tornou a base da reprodução social dessas famílias. Desenvolveu-se nessa região a produção de alimentos voltada para o mercado interno, sustentada na pequena propriedade e no trabalho familiar. Combinando a produção para o consumo próprio com a produção de mercadorias, essa agricultura caracterizou-se pela articulação íntima com o mercado, sofrendo assim as suas ingerências.

Além da comercialização dos excedentes das “roças” de alimentos, esses colonos descendentes de italianos da Serra Gaúcha dedicaram-se à produção de uva, inicialmente comercializada *in natura* e, posteriormente, transformada em vinho ou vendida para as vinícolas (CARNEIRO, 2001). Atualmente, a fabricação de vinho é uma agroindústria relevante, não somente para o estado do Rio Grande do Sul, mas também para o País como um todo. Observa-se, assim, que a atividade vitícola na Serra Gaúcha apresenta-se como característica da região. Contudo, sabe-se que na agricultura não basta apenas que o agricultor conheça os processos ligados à produção: são necessários também elementos administrativos, dentre os quais destacam-se as decisões e as ações do agricultor.

O QUE É A TOMADA DE DECISÃO?

A eficiência organizacional das empresas, de modo geral, depende de muitos elementos, tendo a administração papel fundamental. Segundo Maximiano, (2002, p.26),

Administração é o processo de tomar e colocar em prática decisões sobre objetivos e utilização de recursos. O processo administrativo abrange quatro tipos principais de decisões, também chamados de processos ou funções: planejamento, organização, execução e controle.

O processo decisório é ponto fundamental da administração e está ligado a todas as organizações. Na agricultura, porém, observa-se uma maior complexidade desse processo, em especial no que se refere a elementos como: o pequeno produtor não responde a critérios simples de otimização; as decisões são baseadas, na maioria dos casos, no bom senso e no conhecimento empírico; e, por outro, na visão global de seu meio que o faz considerar um complexo de consequências de acordo com os objetivos que pretende atingir. Passa então, a agir e a gerir seu sistema de produção, conferindo-lhe uma lógica, uma racionalidade que lhe é própria, condicionada por um ambiente físico, social, cultural, institucional, político e econômico (LIMA et al. 2005).

Segundo Freitas et al. (1997, p. 11), “é por meio de suas decisões que os administradores procuram conduzir seu negócio a uma determinada situação”. Para Simon (1979, p. 16)

“As decisões são algo mais do que simples proposições factuais. Para ser mais preciso, elas são descrições de um futuro estado de coisas, podendo essa descrição ser verdadeira ou falsa, num sentido empírico. Por outro lado, elas possuem, também, uma qualidade imperativa, pois selecionam um estado de coisas futuro em detrimento de outro, e orientam o comportamento rumo à alternativa escolhida”.

Observa-se que os tomadores de decisão buscam ser racionais através de seus comportamentos; no entanto, por ser um processo complexo estão submetidos a limitações. Nesse sentido, muitos trabalhos antes e após Simon, e em diversas áreas, procuram contribuir para o debate no campo comportamental e principalmente na tomada de decisão organizacional, auxiliando para a redução de incertezas no processo.

Em termos gerais, segundo Simon (1979), a racionalidade ocupa-se da seleção de alternativas de comportamento preferidas de acordo com algum sistema de valores que permita avaliar as consequências desse comportamento. Para o autor, a racionalidade completa é limitada pela ausência de conhecimento ou a racionalidade é limitada quando lhe falta capacidade de saber tudo. Ambas são fruto, principalmente, de falhas no conhecimento das alternativas, de incerteza a respeito de eventos exógenos relevantes e de inabilidade no cálculo de suas consequências.

No estudo de Contini et al. (1984), o processo de tomada de decisão, para o agricultor, ganha destaque, em especial, para determinação do volume agregado da produção agrícola, pois, independente das causas, a decisão de não plantar determinado produto pode causar distúrbios internos e comprometer a comercialização.

Embora a incerteza seja um elemento constante no mundo dos negócios, deve-se observar que tomar decisão em condições de riscos pode fracassar ou frustrar uma expectativa. Essas condições constituem-se no dilema sobre o continuado risco das consequências das decisões que envolvem os gerenciadores (MELO, 2003).

Portanto, o decisor é limitado em relação à capacidade cognitiva, ficando o processo decisório também limitado por essa capacidade. Logo, o indivíduo, em decorrência da limitação no seu conhecimento e dos aspectos de valores e conceitos de finalidade que o influenciam na tomada de decisão, possui racionalidade limitada (SIMON, 1979).

O estilo do decisor, segundo Rathmann (2007), é relevante para a formulação intuitiva do processo decisório do indivíduo. Aspectos como idade, tempo de trabalho, experiência gerencial, nível educacional, vivência em outros países ou regiões e o tipo de decisões tomadas (operacionais, táticas e estratégicas) são fatores que influenciam no processo de tomada de decisão dos indivíduos.

Segundo Lima et al. (2005), para concretizar seus projetos, os produtores tomam uma série de decisões e implementam várias ações. As decisões são basicamente orientadas por seus objetivos estratégicos e dependentes das potencialidades e limitações de sua situação. Na agricultura familiar, geralmente, a estratégia adotada consiste em diversificar a produção de acordo com a disponibilidade de recursos, garantindo a subsistência, reduzindo os riscos e elevando a renda total da família, mesmo que isso não signifique a melhor remuneração do capital investido e a maximização dos lucros.

A existência de um problema consiste em elemento principal, da tomada de decisão que, por sua vez, compõe o ato administrativo (CONTINI et al., 1984). Na agricultura, problemas como quando e onde plantar orientam o resultado agrícola. Dessa forma, as informações são imprescindíveis para resolução de tais questionamentos. É necessário, no entanto, que *a priori* de qualquer atitude, o agricultor tenha consciência das consequências de suas ações. Desse modo, torna-se relevante o estudo de alguns elementos do processo decisório na cadeia produtiva vitícola de Flores da Cunha/ RS.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo consiste em uma pesquisa empírica e de caráter qualitativo, que utilizou como ferramental metodológico entrevistas. Vale ressaltar que não se buscou representatividade estatística da amostra, mas sim abrangência capaz de abordar a diversidade dos tipos de produtores e dos sistemas de produção existentes no município.

Pela representatividade no cenário nacional, sendo o maior produtor de vinhos e o segundo maior produtor de uvas no Brasil (IBRAVIN, 2012) e com população aproximada de 27 mil habitantes, o município de Flores da Cunha foi selecionado como espaço empírico da pesquisa.

Em um primeiro momento utilizou-se de pesquisa bibliográfica para compreensão das temáticas abordadas. Posteriormente, foi aplicado questionário fechado, contendo questões para caracterização geral e socioeconômica das propriedades e, a fim de compreender a racionalidade, o tipo e os elementos considerados na tomada de decisão desses viticultores, o questionário continha questões vinculadas ao processo decisório. O questionário foi respondido por onze viticultores participantes do projeto "*Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares da Serra Gaúcha*", do Instituto IBRAVIN em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹, realizado no ano de 2008 e 2009, no qual o primeiro autor deste artigo atuou como extensionista.

Para a seleção dos entrevistados, em Flores da Cunha, utilizaram-se os seguintes critérios: ser agricultor familiar produtor de uva; ser cooperativado ou associado ao sindicato dos trabalhadores rurais; representar o perfil dos agricultores familiares do município; e, ter interesse em participar da pesquisa.

¹ Este programa visa à reorganização da cadeia produtiva da uva, além de Assistência Técnica e incentivo à produção agroecológica.

Ressalta-se que os mesmos são pertencentes às comunidades Nossa Senhora do Carmo, Linha Cem, Mato Perso, São Gotardo, Restinga, Travessão Sete de Setembro e o Distrito Otávio Rocha.

Aos dados foi dado tratamento descritivo, pois se buscava aprofundar a compreensão do processo decisório com agricultores e sua relação com os fatores socioeconômicos.

A SERRA GAÚCHA E A PRODUÇÃO DE UVA/VINHO

A configuração territorial do Rio Grande do Sul está diretamente vinculada ao seu processo de formação histórica. Pode-se dizer que, na secção transversal, na porção norte predomina características vinculadas à agricultura familiar nas unidades de produção agropecuária, enquanto a porção sul apresenta características fortemente vinculadas à agricultura patronal, representada na pecuária extensiva tradicional.

A Serra Gaúcha está localizada no Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, cujas coordenadas geográficas e indicadores climáticos médios são: latitude 29°S, longitude 51°W, altitude 600-800m, precipitação 1.700mm, temperatura 17,2°C e umidade relativa do ar 76%. Destaca-se que é a maior região vitícola do país com cerca de 40 mil hectares de vinhedos (IBRAVIN, 2012).

O segmento da uva absorve 13.268 famílias integradas diretamente na produção dessa matéria-prima. Dentre essas, muitas são famílias de viticultores que aperfeiçoaram seus métodos de cultivo, mudando o contexto social e econômico da região. Nos municípios de Caxias do Sul, Flores da Cunha, Garibaldi, Bento Gonçalves, Farroupilha, Nova Pádua, Antônio Prado, São Marcos, Monte Belo do Sul e Veranópolis, ficam a maior parte das vinícolas do estado. Do total de 733 vinícolas do estado, 24,3% ficam em Flores da Cunha; 16,9%, em Caxias do Sul (16,9%); 10,4%, em Bento Gonçalves; 8,7%, em Garibaldi; e 6%, em Farroupilha (IBRAVIN, 2012).

Geralmente, a produção de viticultura dá-se em pequenas propriedades, pouco mecanizadas devido à topografia acidentada, onde predomina o uso da mão de obra familiar. No entanto, atualmente, no município de Flores da Cunha, muitas propriedades executam atividades (pulverização dos vinhedos, transporte da uva e controle de ervas) de forma mecanizada. A poda é realizada nos meses de julho e agosto e a colheita concentra-se nos meses de janeiro a março. Mais de 80% da produção da região se origina de variedades de uvas americanas (*Vitis labrusca*, *Vitis bourquina*) e híbridas interespecíficas. As variedades de maior expressão neste grupo são: Isabel, Bordô (Ives), Niágara Branca, Concord Niágara Rosada, Jacquez e Seibel 1077 (IBRAVIN, 2012).

A densidade de plantio situa-se entre 1.600 a 3.300 plantas por hectare e predomina o sistema de condução em latada ou pérgola (horizontal), proporcionando produção média de 10 a 30 toneladas/ha, variando de acordo com o cultivar e as condições climáticas da safra. A maior parte da uva colhida é destinada à produção de vinhos, sucos e outros derivados. No que se refere aos

vinhos finos, merece destaque a produção de vinhos espumantes de qualidade superior, além dos vinhos tranquilos, brancos e tintos. Detentora de alta tecnologia enológica, sobretudo no segmento de vinhos finos, esta região vem crescendo como produtora de vinhos de qualidade (CARTER, 2009). Além disso, evidencia-se a busca pela denominação de origem do vinho produzido localmente.

O espaço estudado: breve caracterização do município de Flores da Cunha

O município de Flores da Cunha foi criado em 15 de maio de 1924, desmembrando-se de Caxias do Sul, sob Decreto nº 3.320. Distancia-se aproximadamente 150 km da capital Porto Alegre. Segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), o município possui 27.126 habitantes. Desses 6.271(23,12) rurais e 20.855 (76,88%) urbanos, em uma área de 273,45Km². O PIB do ano de 2009 é de R\$ 517.293 mil e o PIB *per capita* é de R\$ 19.377,88. Faz divisas ao norte com Antônio Prado; ao sul com Caxias do Sul e Farroupilha; a leste com Nova Roma do Sul e Nova Pádua; e a oeste com o município de São Marcos.

Flores da Cunha é formado basicamente por descendentes de italianos e destaca-se pela produção de vinhos no Brasil. É o segundo maior produtor de uvas do país; o segundo maior produtor de alho e o segundo polo moveleiro do estado gaúcho. Ademais, produz outras bebidas alcoólicas e hortigranjeiros (FEE, 2009; IBRAVIN, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Caracterização dos atores envolvidos

O estudo buscou, primeiramente, caracterizar socioeconomicamente as onze unidades de produção agrícolas familiares componentes da investigação. Para tanto, foram indagados os responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas quanto a dados gerais da propriedade, tais como: idade, estado civil, grau de instrução, tempo dedicado à atividade rural, características do domicílio, local onde costumam adquirir informações necessárias sobre manutenção da(s) atividade(s) agrícolas, e principalmente sobre o processo decisório.

Na Tabela 01 visualizam-se alguns dos elementos considerados no levantamento dos dados socioeconômicos dos estabelecimentos estudados. Dentre esses, ressaltam-se a questão de gênero, a idade e a escolaridade dos envolvidos.

Tabela 1. Dados socioeconômicos dos estabelecimentos estudados

		Máximo	Mínimo	Variância	Total	%
Gênero	Masculino	6	1	2,05	26	57,8
	Feminino	3	1	0,82	19	32,9
Idade	0 a 19 anos	2	0	0,67	5	10,9
	20 a 39 anos	4	0	1,56	20	43,5
	40 a 59 anos	4	0	1,47	16	34,8
	60 anos ou mais	2	0	0,85	7	15,2
Escolaridade	Não alfabetizado	0	0	0,00	0	0
	1ª a 4ª série	4	0	1,25	15	33
	5ª a 8ª série	3	0	1,05	7	16
	2º grau incompleto	2	0	0,47	6	13
	2º grau completo	2	0	0,65	7	16
	3º grau incompleto	3	0	0,87	6	13
	3º grau completo	1	0	0,22	3	7
	Estudantes	5	0	2,40	11	26,9
Mão de obra	UTH ²	7	1,8	2,42	3,5*	

*Média dos EAF

Com base nos dados apresentados, observa-se que 32,9% da amostra são representantes do sexo feminino, o que indica uma possível masculinização do meio rural local. Esse fato, que há anos vem sendo percebido nas localidades rurais, somado ao envelhecimento da população do campo, gera a necessidade de direcionamento particular por parte dos agentes de desenvolvimento.

A idade média (26 homens e 19 mulheres, totalizando 45 pessoas) dos membros da investigação é de 40,9 anos, sendo a maior porção representada por pessoas de 20 a 39 anos. Comparando os números da amostra, das pessoas de 0 a 19 anos que é de 10,9%, com a média estadual desta faixa etária que é de 30,5% de habitantes, observa-se uma discrepância nos números abordados. Já na faixa etária dos 20 a 39 anos, encontram-se 43,5% dos pesquisados, sendo no estado esta faixa etária representa aproximadamente 29% do total. Por fim, a população com mais de 60 anos representa 15,2% da população investigada, enquanto no estado essa população representa 14,05% (IBGE, 2012).

Percebe-se que as modificações na dinâmica demográfica, provocadas pela diminuição dos níveis de fecundidade e o contínuo aumento da expectativa de vida, têm condicionado mudanças nos grupos de idades específicos da população rural. Tanto o estado do Rio Grande do Sul quanto o Brasil apresentam a tendência de envelhecimento do habitante da zona rural.

Diante dessa situação, segundo Heredia (2002), basicamente são três os fatores a serem observados. O primeiro trata da readequação das políticas sociais

² De acordo com Lima et al. (2005, p.102).

de influência ao ensino básico. O segundo aborda a potencialidade de absorção da mão de obra do grupo de população mais representativo em termos de quantidade, até menos da metade do século XXI. E, por último, a profunda variação da demográfica apresentada pelos idosos, que a partir do segundo quinquagésimo do século atual, aumentam sua taxa média de participação superando o contingente jovem provocando grandes implicações sociais sobre tudo na previdência social e nos sistemas de saúde.

Referindo-se à escolaridade, segundo dados da FEE (2009), o município apresenta índice de analfabetismo de 4,66%, enquanto na presente pesquisa não se constatou a existência de nenhum analfabeto. Com primeiro grau completo existem 50%; aproximadamente 30% cursam ou já cursaram o segundo grau; e 20% cursam ou já cursaram graduação. Tais dados retratam elevado grau de escolaridade, principalmente se tratando de uma região rural, e repercutem nas formas de gerenciamento e, conseqüentemente, na tomada de decisão dos membros envolvidos.

A mão de obra nos estabelecimentos rurais estudados é basicamente familiar, tendo uma média de 3,5 Unidade Trabalho Homem (UTH) por estabelecimento agrícola. Cabe ressaltar que a lógica do sistema de produção da uva requer demanda por mão de obra contratada temporariamente, em dois momentos sazonais, sejam eles: o primeiro na poda, atividade que se inicia no mês de julho e perdura até o final do mês de agosto. O segundo momento e mais crítico é o da colheita, a qual é atingida pelo pico mais demandante de mão de obra: nos meses de janeiro e fevereiro na colheita das uvas americanas e, logo após, na colheita das viníferas. Salienta-se que ambos os momentos dependem da localização do parreiral e da quantidade de área explorada pelo grupo familiar (TROIAN, 2011).

As propriedades são constituídas por uma média de aproximadamente 50 hectares, sendo a área produtiva média de 11,62 ha. Tal dado mostra que em média mais de 23% da área não é considerada produtiva, fato que pode ser atribuído, em primeiro lugar, à inclinação do terreno e ao afloramento de rochas, além de o sistema produtivo adotado permitir a reprodução social das famílias. Em segundo lugar, isso se deve ao bioma da região, que pertence à mata atlântica: o município possui 27.345 há, dos quais 6.597 pertencem a áreas de mata e de floresta, representando mais de 24% (IBGE, 2012).

A comercialização é caracterizada pela venda *in natura* a cantinas locais. Nos anos anteriores à atual crise do vinho, a atividade vitícola foi muito atrativa monetariamente, fazendo com que surgissem investimentos em cantinas de pequeno e médio porte no interior do município, negócio que foi implementado pelos agricultores "inovadores". Esses, dotados de características particulares, foram suscetíveis a arriscar e programar o processamento da matéria-prima fortemente ofertada no local. Contava-se também com fomento do mercado vitícola.

A participação em cooperativas e associações não é relevante: apenas dois dos estabelecimentos possuem vínculo cooperativo. A produção de uva é

comercializada em cooperativas (18%) e em cantinas locais (68%). O restante da matéria-prima (uva) é processada em cantinas no próprio estabelecimento.

Os sistemas de produção analisados são caracterizados pela especialização na produção de uva. Esses possuem maquinários de última geração e instalações em perfeito estado de conservação. Todos os entrevistados possuem trator, inclusive, segundo dado do IBGE (2012), há no município 969 estabelecimentos agrícolas contemplados por 1.280 tratores, o que contrapõe o que já foi citado anteriormente, sobre as condições dos produtores na agricultura local. Tais elementos, associados à necessidade de grande quantidade de insumos, os deixam dependentes de *inputs* externos, expondo-os a condições de riscos referentes ao mercado.

Com a prática de cultivo convencional altamente quimificada, os agricultores se expõem aos agrotóxicos, comprometendo a própria saúde. Porém, os retornos financeiros da atividade são, aparentemente, "compensatórios", dando-lhes a possibilidade de investir tanto na produção, como em saúde, educação, lazer, entre outros. A termos de exemplo, planos de saúde, estão presentes nos onze estabelecimentos. Além disso, 90% dos entrevistados possuem água tratada. Também se salienta que é feita a coleta do lixo seco rural, por meio de uma política pública municipal.

Por fim, é notória a diferenciação entre esses agricultores, quando se faz um comparativo com o que se sabe de agricultura familiar. Possuir tecnologias modernas, elevados níveis de escolaridade e condições financeiras favoráveis à reprodução. São dados que podem repercutir no processo de tomada de decisão.

Das ações aos resultados: analisando a tomada de decisão

Diante de um ambiente de complexidade, as organizações procuram estar estruturadas e estabilizadas para que suas decisões possam trazer benefícios e minimizar as incertezas. Essa dinâmica estrutural também é observada nas organizações agropecuárias, em decorrência dos desafios gerados pela economia globalizada.

O processo de decisão do agricultor é complexo, estando presentes componentes da tradição, de aprendizado, de infraestrutura, psicológicos, sociais e econômicos. A força ou a influência desses elementos na decisão depende também do perfil dos agricultores. Em geral, os que são orientados pela tradição terão dificuldade em mudar de cultura, mesmo que o preço do produto não seja tão compensador. A infraestrutura de uma propriedade rural (máquinas, instalações e equipamentos) também tem força acentuada na decisão (CONTINI et al., 1984).

Na presente pesquisa percebeu-se que, em 100% dos casos estudados (sempre ou frequentemente), as decisões são tomadas no coletivo, sendo consultados a família e os vizinhos, ou seja, a circunvizinhança tem influência direta no processo decisório desses agricultores. Isso pode ser evidenciado em Contini et al. (1984), onde o autor salienta que a família, por meio da discussão

familiar, o aprendizado com amigos, o ouvir falar e o desejo de experimentar, são alguns dos fatores que influenciam na tomada de decisão do agricultor.

O mesmo é discutido por Lima et al. (2005), ao analisarem o planejamento das atividades e a tomada de decisão, observando que ambos são objetos de discussão entre os membros da família. No dia a dia são distribuídas as tarefas e eventualmente são feitas avaliações sobre o andamento das atividades e a programação do trabalho. Quanto às decisões de investimento, compra e venda de bens são realizadas basicamente na esfera familiar, sendo a opinião da esposa nesse tipo de decisão é preponderante. Já as decisões referentes à produção são, geralmente, discutidas fora do âmbito familiar, em especial, com os vizinhos.

Na agricultura familiar, a tomada de decisão e as contingências são mais acentuadas e permeiam questões profundas, diferentes de outros níveis de agricultores. As decisões e ações a serem desempenhadas, nas unidades familiares, dependem muito das situações e dos objetivos do agricultor. Enfim, segundo Lima et al. (2005, p. 66):

As decisões e ações dos agricultores familiares relativas à condução de suas atividades de produção são coerentes e racionais. Elas visam atender um ou mais objetivos percebidos como possíveis pelo grupo familiar, tendo em vista a percepção que o(s) agente(s) tem de sua situação e das finalidades atribuídas às suas unidades de produção.

Observou-se, por outro lado, que 100% dos agricultores estudados tomam decisões racionais, mas que oscilam entre decisões geralmente racionais, sempre racionais e ocasionalmente racionais ou emocionais. Embora a totalidade de entrevistados tenha dito agir racionalmente, é conhecido que os elementos emocionais influenciam nas decisões, mesmo que esses fatos sejam relegados a segundo plano, com medo de demonstração da fragilidade individual.

O comportamento dos agricultores frente às incertezas e, em especial, ao risco, é de aversão aos mesmos, pois demonstram medo do novo, do passo inseguro, sobretudo no caso dos agricultores familiares, em decorrência de suas peculiaridades. Todavia, esse comportamento frente ao risco não é só dos agricultores. Em seu texto La Mendola (2005, p.1) expressa que:

O risco é aqui entendido como uma *interpretação* do enfrentamento do perigo na persecução dos objetivos. Em particular, é essa interpretação que a cultura dominante na modernidade tem a pretensão de afirmar como universal [...] O termo "risco" tende, ao contrário, em muitos contextos, a tornar-se sinônimo de perigo ou de situações de grande perigo. Fala-se, assim, de situações ou, ainda pior, de pessoas em risco para significar situações e pessoas para as quais se prevê, com grande probabilidade, a ocorrência de eventos negativos.

No entanto, no decorrer de seu trabalho, La Mendola (2005) expõe que arriscar-se é uma condição iminente da vida individual e social, e que faz parte do conjunto de fatores que se interpõem entre as ações dos agentes e a tentativa de alcançar os resultados desejados explícita ou implicitamente. Esses riscos muitas

vezes são necessários e o sucesso ou fracasso depende igualmente das “redes de proteção” que se estendem sob quem aceita o risco. De tal modo, nos diversos tipos de organizações, e em especial na agricultura, a superação dessas incertezas e desses riscos está na capacidade adaptativa e na construção da rede de proteção, que perpassam a busca de informação.

Quanto ao risco presente nas decisões, 81,81% dos entrevistados afirmam que as decisões são realizadas de forma segura, variando entre ocasionalmente seguras e geralmente seguras. Outras 18,18% são geralmente arriscadas, o que evidencia que, na maioria dos casos, o agricultor toma cuidado antes de decidir.

A complexidade presente no setor agrícola brasileiro é aumentada pela grande heterogeneidade presente no setor. É muito difícil desenvolver programas, em particular políticas públicas, adequadas para a diversidade. Assim, muitas vezes os mais necessitados acabam marginalizados, salientando as contingências existentes.

Quanto a alguns elementos do estilo decisório, Dutra (2008) observa que a idade e o tempo de gerenciamento influenciam no desempenho das propriedades, ou seja, quanto maior for o tempo de atividade nessas funções, maior a experiência em tomada de decisão. Outro elemento é o nível de instrução do decisor: quanto maior a formação básica até a pós-graduação, maiores serão os seus conhecimentos adquiridos, os quais servem de subsídios para uma tomada de decisão.

Conforme Lima et al. (2005), os agricultores executam as decisões estratégicas e táticas relativas à produção, tendo como base a racionalidade e as condições de produção. Tais decisões tomadas e as ações implementadas, associadas às condições de produção, determinam diferentes níveis de acumulação e possibilidade de reprodução das propriedades.

Quando questionados sobre o tipo de decisão que costumam tomar, 63,3% dos agricultores pesquisados dizem tomar decisões táticas, ou seja, decisões voltadas ao controle administrativo: são decisões que exigem maior grau de informações e estão ligadas à alta hierarquia, sendo necessário que a família ou o responsável por essa decisão pense sobre as alternativas possíveis e escolha entre elas as melhores, no tempo e no espaço em que estão inseridos. Nas demais propriedades analisadas (36,7%), as decisões ficam no campo operacional, ou seja, decisões do dia a dia, que não exigem maiores investigações e informações.

Destaca-se que os indivíduos possuem limitações de racionalidade, pois mesmo operando em um nível de informações satisfatório, suas decisões agropecuárias contemplam elementos de difícil previsibilidade (DUTRA, 2008).

Diversos autores salientam a importância das informações e dos números (produtividade, custo de produção, área trabalhada) para as decisões. Nos casos estudados, 18,18% afirmam sempre usar informações para subsidiar as decisões; 36,36% ocasionalmente usam; 36,36% frequentemente usam; e 9,0% raramente usam. Esse fato pode mostrar a heterogeneidade na agricultura, em especial a familiar, ocasionando também diferenças significativas nos resultados alcançados,

pois a expectativa é de que, quanto maior o número de informações sobre os elementos da propriedade, mais precisas são as decisões.

Segundo Lima et al. (2005), o sistema de controle e de informações desses agricultores é totalmente informal. As informações presentes nas propriedades resultam, basicamente, da vivência cotidiana e da observação direta. As informações sobre o que ocorre fora da unidade de produção são obtidas através do rádio e da televisão (quando possuem) ou pelo contato técnico com vendedores e comerciantes. Já quanto às informações contábeis, praticamente ninguém possui registro das atividades: todas as informações estão na memória do agricultor e dos demais membros da família.

Para Melo (2003), os administradores das propriedades familiares norteiam a produção com base em objetivos estratégicos e/ou em critérios de racionalidade, com o intuito de minimização dos riscos bioclimáticos e de mercado, garantia de segurança alimentar e emprego da mão de obra da família, redução dos custos totais, em especial da produção, e investimento na melhoria e em ampliações das condições de trabalho e de produção.

Observa-se que é difícil usar métodos e fundamentos claros para cada uma das ações, a serem colocadas em prática. O gestor rural, na maioria das vezes, não tem tempo para basear suas ações num conjunto de regras explícitas. Normalmente as decisões do cotidiano requerem uma resposta imediata, e o agricultor se vê obrigado a dar respostas rápidas, tendo, nesses casos, que apelar para sua experiência, o que resulta no uso de regras ocultas. O uso da lógica racional e de suas regras pode ser muito demorado em determinadas situações, mas em outras ele é extremamente necessário. Já nas decisões que necessitam de uma maior urgência, ou naquelas em que realmente se acredita e não se sabe explicar o porquê; as pessoas estarão mais inclinadas ao uso do ilógico, pois não poderão abrir mão de sua experiência de vida, de sua sensibilidade, como ocorre normalmente na decisão de um gestor de unidades de produção familiares (MELO, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa considera a unidade de produção como um sistema complexo, no qual uma série ampla de atributos se inter-relacionam no tempo e no espaço, tornam o objeto de análise menos discreto, sem fragmentação e continuado.

Ressalta-se que os sistemas de produção analisados são altamente especializados, com forte presença de tecnologias modernas, fato que os tornam dependentes de *inputs* externos, fomentando a relação de subordinação ao mercado desses elementos. Além disso, há uma grande dependência em relação ao uso dos agrotóxicos na produção das uvas.

Todavia, a atividade apresenta rentabilidade que possibilita que novos investimentos sejam realizados constantemente, sobretudo em infraestrutura, na

própria atividade e no melhoramento das condições de vida das referidas famílias, como em saúde, lazer e educação.

Salienta-se que predomina a problemática da mão de obra na região do município de Flores da Cunha, devido ao emprego demasiado de mão de obra externa (contratada) na atividade produtiva. Em períodos de colheita e poda da uva é comum observar a utilização de pessoal não qualificado e sem experiência na atividade rural.

Considera-se, ainda, que todos esses elementos contribuem para o processo de tomada de decisões dos agricultores familiares entrevistados. As decisões são em sua maioria seguras, tomadas no coletivo do contexto familiar e mais voltadas ao dia a dia, utilizando informações corriqueiras da cadeia produtiva. Contudo, prevalecem as peculiaridades da racionalidade limitada dos agentes econômicos. Destarte, orientadas sempre para o alcance de maior eficiência da atividade produtiva e do bem-estar social da família, as decisões refletem o amplo conjunto de aspectos objetivos e subjetivos que circundam os agricultores, em consonância com os desempenhos técnico e econômico e entre os sistemas de produção que compõem a propriedade rural.

REFERÊNCIAS

BATALHA, M. O. (Coord.) *Gestão Agroindustrial*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2007. 800 p.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Rev. Estud. Fem.*, v.9, n.1, p. 22-55, 2001.

CARTER, F. As coisas podem estar difíceis, mas elas vão ficar melhor. Disponível em: <<http://www.ibravin.org.br>>. Acesso em: 23 jun. de 2009.

CONTINI, E.; ARAÚJO, J. D.; GARRIDO, W. E. Instrumental econômico para a decisão na propriedade agrícola. In: CONTINI, E., ARAÚJO, J. D.; OLIVEIRA, A. J.; GARRIDO, W. E. *Planejamento da Propriedade Agrícola: modelos de decisão*. 2. Ed. Brasília: EMBRAPA-DDT, 1984. 339 p.

DUTRA, A. S. O processo decisório de implantação de estrutura para armazenagem de soja ao nível de propriedade rural na região de Santo Ângelo/RS. 2008. 118 f. *Dissertação* (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

FARINA, E. Q. M.; ZYLBERSZTAJN, D. Relações tecnológicas e organização dos mercados do sistema agroindustrial de alimentos. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 8, n. 1/3, p.10-11, 1991.

FARINA, E. M.; ZYLBERSZTAJN, D. Organização das cadeias agroindustriais de alimento. In: XX Encontro Nacional de Economia. Dez de 1992, *Anais...* Campos de Jordão, SP: 1992.

FAO/INCRA, Food and Agriculture Organization/ Instituto de Colonização e Reforma Agrária, 1996. *Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: Dossiê Estatístico*. Brasília: FAO/INCRA, 1996. 24 p.

FREITAS, H. *et al. Informação e decisão: sistemas de apoio e seu impacto*. Porto Alegre: Ortiz, 1997. 214 p.

FEE, Fundação de Economia e Estatística. Disponível em <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acesso em: 22 de jun. 2009.

HEREDIA, I. C. Composição etária da população do Rio Grande do Sul. In: ACURSO, J.S. O Rio Grande do Sul e sua população. *Documentos do FEE*, n. 51. Porto Alegre, 2002. 143 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 22 de ago. 2012.

IBRAVIN. Instituto Brasileiro do Vinho. Disponível em: <<http://www.ibravin.com.br/brasilvi.php>>. Acesso em: 12 de ago. 2012.

LA MENDOLA, S. O sentido do risco. 2005. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a04v17n2.pdf> >. Acesso em: 26 jan. 2009.

LIMA, A. P.; BASSO, *et al.* Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores. 3. Ed. Ijuí: Unijuí, 2005. 222 p.

MAXIMIANO, A. C. A. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução industrial*. 3, Ed. São Paulo: Atlas, 2002. 520 p.

MELLO, L. M. R.; GARAGORRY, F. Evolução e dinâmica da produção de uva no Brasil no período de 1975 a 2003. *Embrapa Uva e Vinho*, Bento Gonçalves, 2007. 40 p.

MELLO, L. M. R. Vitivinicultura brasileira: panorama 2010. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/prodvit2010.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

MELO, V. L. F. Influência das características dos sistemas de gestão no processo sucessório de unidades de produção familiares em São Luiz Gonzaga, RS. 2003. 134 f. *Dissertação* (Mestrado em Agronegócio) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003.

- MICHELON, E. *Cadeia produtiva e desenvolvimento regional*. Maringá, PR: Clichetec, 1999.
- POMMER, C. V. *Uva: tecnologia de produção pós-colheita, mercado*. Porto Alegre: Cinco continentes, 2003. 778 p.
- PROCHNIK, V.; HAGUENAUER, L. Cadeias produtivas e oportunidade de investimento no nordeste brasileiro. In: XIV Congresso Brasileiro de Economistas, Recife, set, de 2001.
- RATHMANN, R. Identificação dos fatores e motivações relacionados ao processo de tomada de decisão dos diferentes agentes da cadeia produtiva do biodiesel do Rio Grande do Sul. 2007. 150 f. *Dissertação* (Mestrado em Agronegócio) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.
- SIMON, H. A. *Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979. 311 p.
- SOUZA, F. A. Mudanças promovidas no setor vitícola do Rio Grande do Sul pela inserção de profissionais especializados nas áreas de viticultura e enologia. 2005. 159 f. *Dissertação* (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- SOUSA, J. S. I. *Uvas para o Brasil*. 2. Ed. Piracicaba: FEALQ. V. 1, 1996.
- TRICHES, D.; SIMAN, R. F.; CALDART, W. L. Identificação e análise da cadeia produtiva da uva e vinho Região da Serra Gaúcha. Disponível em: <<http://hermes.ucs.br/ccea/ipes/td/IPES%20TD%20005%20MAR%202004.pdf>>. Acesso em: 12 de set. 2012.
- ZYLBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAN, D.; NEVES, M. F. (Org.). *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000. 446 p.
- ZYLBERSZTAJN, D. Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições. 1995. 241 f. *Tese* (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.
- TROIAN, A. Análise dos sistemas de produção vitícola familiar, orgânico e convencional, na Serra Gaúcha (RS). 2011. 132 f. *Dissertação* (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2011.

Submetido em 28/09/2012
Aprovado em 23/07/2013

Sobre os autores

Alexandre Troian

Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (UERGS), Mestre em Extensão Rural (UFSM), bolsista CNPQ, Centro de Ciências Rurais, UFSM.

E-mail: xtroian@gmail.com.

Dionéia Dalcin

Bacharel em Administração Rural (UERGS), Mestre em Extensão Rural (UFSM), Doutora em Agronegócios (UFRGS), docente na Universidade Federal Fronteira Sul, campus Cerro Largo.

Endereço: Rua Major Antônio Cardoso, 590, Centro. 97900000 - Cerro Largo - RS – Brasil.

E-mail: dioneiadalcin@yahoo.com.br.

Sibele Vasconcelos de Oliveira

Bacharel em Ciências Econômicas, Mestre em Extensão Rural (UFSM), Doutora em Agronegócios (UFRGS), docente na Universidade Federal de Santa Maria/ Cesnors.

E-mail: sibele_oliveira@yahoo.com.br.

Alessandra Troian

Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (UERGS), Mestre em Extensão Rural (UFSM), Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Docente na Universidade de Santa Cruz (UNISC).

E-mail: xatroian@gmail.com